MODELO DE PETIÇÃO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE PENHORA

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

Processo n. ...

(nome), executada, por seus advogados *in fine* assinados, *ut* instrumento de procuração em anexo (doc. n. ...), nos autos da presente AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL promovida por ... vem, respeitosamente, aduzir e ao final requerer o seguinte:

1. Em cumprimento ao disposto na Lei 11.101/2005, comunicou a empresa Recuperanda, ora Executada, o deferimento do pedido de Recuperação Judicial, formulado em ..., perante a ...ª Vara Empresarial da Comarca de ..., Estado de ..., nos autos do processo n. ..., nos seguintes termos:

"*Através da exordial a autora propôs a presente ação de recuperação judicial e explanou as causas concretas da sua situação patrimonial e as razões da crise econômico-financeira .por que passa, juntando a documentação exigida pelo art. 48 e 51, II a IX, da Lei n° 11.101/2005. Atendidos os requisitos legais, defiro o processamento da recuperação judicial. Nomeio como administrador judicial, com observância do disposto no art. 21, da Lei 11.10172005, o Dr. ..., OAB/... ..., que deverá ser intimado a prestar compromisso pelo telefone (...) ..., na Av. ..., n. ..., , nesta Capital, no prazo de 48 horas, nos termos do art. 33 da supracitada Lei*."

2. Considerando o deferimento, da Recuperação Judicial, houve a determinação da suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas contra a empresa Recuperanda, nos precisos termos do Artigo 6°, da Lei 11.101/2005[[1]](#footnote-1), conforme se verifica no texto extraído da decisão judicial:

"*Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a autora, na forma do art. 6° desta Lei, permanecendo os respectivos autos no Juízo onde se processam, ressalvadas as a. ressalvadas as ações previstas nos §§ 1°, 2° e 7° do art. 6° desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3° e 4° do art. 49 desta Lei, ficando a cargo da autora fazer as comunicações aos juízos competentes*".

3. Em despacho proferido no ultimo dia ..., o d. magistrado da vara empresarial determinou a comprovação do deferimento da Recuperação Judicial, nos seguintes termos:

"*Deferido o processamento da recuperação judicial, de rigor a suspensão de todas as execuções contra o devedor, na forma do art. 6° da Lei 11.101/05. Contudo, nada nos autos comprova o alegado, sendo de rigor a juntada, pelo executado, de copia da decisão que deferiu o processamento do pedido, com urgência. Com a manifestação do executado, tornem com celeridade*" (sic. fls. ...).,

4. Para cumprimento do determinado a ora Executada acosta a presente petição cópia integral do Despacho que deferiu a Recuperação Judicial, cópia da Publicação no diário Oficial do deferimento da Recuperação Judicial, bem como certidão emitida pelo escrivão daquela secretaria da vara empresarial.

5. ***Ex positis***, a recuperanda/executada requer:

a) seja de imediato determinado a suspensão do presente processo de execução, *ex vi a*rtigo 6°, da Lei 11.101/2005;

b) e via de consequência, que se abstenha este douto juízo de praticar qualquer ato que implique em constrição dos bens da Recuperanda, seja o ato levado a efeito, através dos mecanismos costumeiros de penhora, seja através das modernas práticas *on line* como *BacenJud* ou *RenaJud*;

c) o cadastramento dos signatários, recém ingressos no feito, para que sejam intimados nas vindouras publicações na forma legal.

P. Deferimento.

(Local e Data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. **Art. 6º** A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. (...) [↑](#footnote-ref-1)